

REVISTA TEORIA & POLÍTICA

expressão do deslocamento teórico-político de setores marxistas na década de 1980

*Luiz Fernando da Silva**

Resumo

Neste artigo analisamos o percurso da revista *Teoria e política (TP)*, com circulação entre 1980 e 1991. O grupo hegemônico de *TP*, no transcorrer desse período, esteve associado a intelectuais dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que posteriormente formam o Partido Revolucionário Comunista (PRC), depois a tendência petista *Nova esquerda* e, por fim, a corrente Democracia Radical. Entre suas principais figuras estavam Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e que se tornou ministro do Governo Lula, Ozeas Duarte, Nelson Levy, Ronald Rocha, entre outros. Na primeira fase da revista (1980-1985) também participaram marxistas acadêmicos da linha althusseriana que, embora do conselho editorial, não faziam parte do núcleo central da revista. Verificamos as principais determinações políticas, ideológicas e filosóficas presentes na passagem de posições marxistas para o campo ideológico eminentemente liberal, que ocorreu com o grupo principal dessa publicação.

Palavras-chave

Marxismo, intelectualidade, revista, deslocamento político, democracia, sociedade civil, liberalismo, aliança entre classes.

Introdução

Com existência entre 1980 e 1991, *Teoria e Política* expressou em seus dezesseis números duas fases distintas em relação às suas concepções teóricas e filosóficas sobre o marxismo. Em sua composição inicial até 1985 tinha a participação de intelectuais althusserianos (e maoístas), de referência acadêmica, e intelectuais provindos da “esquerda do “PCdoB”. Nesse período a publicação norteou-se por uma ótica revolucionária baseada na perspectiva marxista, através de artigos teóricos sobre a conjuntura política no país e a tática revolucionária, o balanço crítico sobre o PCdoB, a concepção de partido, análises a respeito da formação social da então URSS, entre outros temas. Depois da interrupção em 1986, a retomada no ano seguinte manifesta o início do deslocamento teórico da revista com o gradativo abandono do marxismo. Também nessa nova fase reorganiza-se o conselho editorial. Os antigos aliados althusserianos, por sua vez, pouco se apresentam nas edições

* Historiador, Mestre e Doutor em Sociologia Unesp-Araraquara. Professor do depto. Ciências Humanas da UNESP-Bauru. Coordenador do grupo de pesquisa “América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura”, vinculado ao CNPq. E-mail: lf-silva@faac.unesp.br

com seus artigos e traduções. A revista então concentra-se principalmente em artigos de conteúdo filosófico,

Entre as duas correntes intelectuais na fase inicial da revista existiam diferenças de fundo teórico-político e filosófico que se apresentaram em polêmicas, por exemplo, sobre o materialismo histórico, a caracterização política do país e a tática revolucionária. É o caso da polêmica entre Adelmo Genro Filho e Caio Navarro de Toledo. Ou então, na diferença de caracterização entre Ozéas Duarte e Décio Saes. Essa diferença ganhou seu caráter de polêmica entre Duarte e Wladimir Pomar: por um lado, uma parcela significativa da “dissidência” do PCdoB; por outro lado, uma corrente acadêmica, que tinha como motivação teórica o althusserianismo e o maoísmo.

A revista *Teoria e Política* surgia com uma forte imbricação no campo político, através de um grupo preocupado com a intervenção política naquela conjuntura e tendo organicidade em setores da classe operária e de camadas sociais populares, em bairros periféricos, especialmente de São Paulo, além da atuação no movimento estudantil. Isso podemos verificar através dos artigos publicados em *TP*, mas também através de documentos partidários, jornais alternativos e boletins eleitorais. Com as eleições de 1982, essa corrente política consegue eleger por São Paulo o deputado federal José Genoíno e como vereadora a professora Teresa Lajolo.

A elaboração teórica desenvolvida em *TP*, no transcorrer de sua existência, revela preocupações de um agrupamento político dissidente do PCdoB, em 1980, que mais tarde, em 1984, funda o Partido Revolucionário Comunista (PRC), transformado depois, em 1990, na *Nova Esquerda* e, por último, na tendência petista *Democracia Radical*. Dessa tradição de esquerda estão ligadas figuras destacadas no PT e no Governo Lula: Tarso Fernandes Genro, atual ministro da Educação, e José Genoíno, presidente do Partido dos Trabalhadores. Desta maneira podemos considerar que a revista em questão guarda muito da história dessa corrente política que realizou um dos mais rápidos e paradigmáticos deslocamentos dentro da esquerda brasileira.

No período das mudanças teóricas, dois documentos lançados publicamente no PT evidenciam a relação estreita que o grupo mantinha com a política: o *Manifesto por uma nova esquerda*, datado de julho de 1989, e *Por uma estratégia revolucionária*, de 1990. Esses documentos trazem as propostas de constituição de uma tendência política dentro do PT e ao despreendimento da visão anterior desse agrupamento em torno do PRC. As preocupações contidas nesses materiais refletiam as posições dos autores que escreviam na *TP*.

A revista como mediador teórico da dissidência

Na apresentação de *TP* (nº1, 1980), evidencia-se a preocupação com o descompasso entre o “trabalho teórico” e a conjuntura política que se abria no país, através das lutas operárias e populares. As greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, ao lado das greves dos metalúrgicos de São Paulo, entre 1978 e 1980, espalharam-se para várias categorias profissionais e regiões do país. Essas greves foram decisivas na reorganização política e sindical dos trabalhadores brasileiros, e interferiram nos rumos do processo de abertura política que vinha ocorrendo no país. Por um lado considera-se que esse período da luta de classes no país atinge a política econômica do regime militar; por outro lado, desloca um campo de forças de esquerda que gravitava ou permanecia sob a hegemonia liberal em torno do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para a formação do Partido dos Trabalhadores, com a reformulação partidária de 1979. E ainda mais: dinamiza, de maneira ofensiva, as oposições sindicais na discussão e crítica à estrutura sindical (e não apenas às suas direções) e à definição de novas estratégias de atuação que terminaram por centralizar-se na conquista por inúmeras oposições sindicais dos sindicatos oficiais, além de concentrar força para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O programa editorial de *Teoria e Política* foi levado à frente, pelo menos até seu n.7, com as seguintes preocupações:

Assiste-se, no Brasil atual, o ressurgimento das lutas operárias e populares de massa. Essa situação, pelos elementos novos que comporta, exige o aprofundamento do trabalho teórico; só assim serão possíveis a análise das novas realidades e a definição correta diante da conjuntura.

Consideramos que é no campo do marxismo que se deve realizar esse aprofundamento indispensável do trabalho teórico. Por isso, reunimo-nos para organizar a publicação *Teoria e Política*, cujo objetivo é contribuir para a afirmação e o desenvolvimento do marxismo.

Afirmamos a vitalidade do marxismo e a atualidade de suas concepções fundamentais. Nesse sentido, reiteramos as teses básicas de Marx de que: “1) a existência de classes está ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção; 2) a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) essa ditadura, ela própria, representa a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes” (Carta a Weydemeyer, 1852). (Apresentação, *Teoria e Política*, 1980: 7)

Nessa conjuntura, portanto, de retomada das mobilizações sociais no cenário nacional, a revista tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento do marxismo, superando suas dificuldades através do debate e análise das experiências históricas do movimento operário e das experiências socialistas. A “Apresentação” localiza três campos contra os quais deveriam ocorrer os embates teóricos e ideológicos: a) o revisionismo (reformismo), que aqui podemos

sintetizar através das concepções do PCB, PCdoB e MR-8; b) o “ultra-esquerdismo”, expressão com a qual designava as tendências trotskistas, anarquistas e foquistas. Tais tendências, revisionistas ou ultra-esquerdistas, no cotidiano das mobilizações políticas dos operários e das camadas sociais populares, estariam reproduzindo por um lado as ilusões sobre a institucionalização democrática no país e sobre as possibilidades desses setores melhorarem suas condições de vida dentro do regime capitalista, e, por outro, o voluntarismo político. Nesse sentido e nas condições históricas apresentadas, a publicação teria como tarefa travar embate político e ideológico com essas correntes de pensamento e de atuação nas lutas sociais.

A luta também situava-se na dimensão filosófica contra o dogmatismo que estaria presente nos “revisionistas” e nos “ultra-esquerdistas”. A crítica ao dogmatismo, já presente nos documentos da dissidência do PCdoB¹, ganhou densidade teórica em diversos artigos da revista. O dogmatismo manifestaria-se como a incapacidade de apreender a realidade em seu movimento histórico, tornando-se um entrave na teoria e na prática marxistas. Aliás, o conceito de dogmatismo norteou (e justificou), como veremos mais a frente, no transcorrer da década de 1980, as críticas às bases marxistas. No transcorrer dessa crítica, aos poucos vão por “água abaixo” as concepções marxistas que estavam sintetizadas na Carta de Marx a Weydmayer, citada no programa editorial.

O programa editorial evidenciava a preocupação com a relativa autonomia teórica, quando afirma que ela seria também um espaço de luta política, pois a luta teórica exigiria uma “investigação anterior da realidade, o confronto aberto no plano das concepções, e uma seleção de temas fundada nas necessidades práticas do movimento operário” (Apresentação). Esses temas seriam os seguintes: 1) a formação social brasileira; 2) a experiência histórica do movimento operário e popular no Brasil; 3) as modificações econômicas e políticas operadas no sistema capitalista; 4) a experiência histórica das transformações socialistas; 5) a estratégia e a tática da luta proletária em escala mundial e no Brasil. (Apresentação, p.8)

Essas propostas chamam a atenção não somente por sua pretensão teórica, mas também porque manifestam preocupações que extrapolavam o espaço acadêmico e se projetavam enquanto temas de pesquisa e debate para um programa político revolucionário. Essas propostas consideravam uma pauta de pesquisa e discussão que ultrapassava o teorismo acadêmico, desvinculado organicamente da prática política. A revista, nesse sentido,

¹ No documento *Luta interna* (1980), a crítica ao dogmatismo, ao lado da crítica à burocratização partidária, já estava presente nas discussões do grupo dissidente do PCdoB.

procurou exercer um papel de mediador intelectual com a prática política de um setor da esquerda, uma vez que possibilitou a construção de espaço teórico-político de discussão que articulou intelectuais orgânicos e intelectuais acadêmicos. Por outro lado, como publicação, atuou no sentido de configurar um público próprio, aberto à discussão de novos problemas colocados na realidade nacional e internacional, através da ótica do marxismo. Mas também expressa preocupações e necessidades existentes em diversas correntes do pensamento marxista sobre a realidade política brasileira, a partir do final da década de 1970². Indagações que surgiam em intelectuais marxistas e em setores da juventude que estavam se engajando nas lutas sociais, no movimento estudantil e nas lutas operárias e populares, mas que não se vinculavam ao PCB e PCdoB.

A revista publica artigos que traziam preocupações presentes em diversas organizações revolucionárias que foram se diluindo enquanto tendências políticas na constituição e consolidação do Partido dos Trabalhadores. Em muitos documentos dessas organizações políticas sobressaíam inquietações que foram presentes no pensamento marxista³, naquele

² Em campos políticos diferentes, a proposta de *TP* aproxima-se da revista *Temas de Ciências Humanas (TCH)*, em alguns aspectos, como a formação de um público e seu surgimento relacionar-se, mesmo que não diretamente, às novas condições políticas na sociedade brasileira. A revista que, até aquele momento, aproximava-se dessa perspectiva, foi *TCH*, entre 1977-1981, embora deva se reconhecer que a *TCH* imprimiu uma preocupação teórica e filosófica em suas publicações que extrapolou seu público mais próximo. Ela se situava teórica e politicamente no horizonte do PCB, sendo seus participantes dessa linhagem política. Em entrevista sobre os três anos de *TCH*, Gildo Marçal Brandão e Marco Aurélio Nogueira fazem considerações interessantes sobre o papel que a publicação desempenhava. Diz Marco Aurélio: “há um caldo de cultura que permite a emergência deste tipo de revista. Por outro lado, elas são produto de processos que não se passam, inteiramente, ao nível cultural. Por mais mediações que existam e possam ser estabelecidas, o fato é que elas respondem a processos de ordem material e político. Eu não posso dizer que *Temas* é um reflexo direto do avanço recente do proletariado brasileiro, do seu ‘retorno’ ao cenário político ... Mas, parece-me claro que *Temas* não é totalmente estranho a esse avanço, tem algo a ver com ele, no mínimo como processos que correm paralelos. ... *Temas* não fez senão esboçar, começar a desenhar, o que poderá vir a ser uma alternativa teórico-ideológica frente à justificação tecnocrática do estado-de-coisas existentes, à direita, e ao ‘socialismo de cátedra’, à esquerda. De uma certa maneira, a revista reflete a força e a fraqueza do marxismo no Brasil”. E mais a frente, estabelecendo um paralelo com *Estudos Cebrap*, considera que ambas objetivavam “formar seu público, gerar círculos culturais, fazer a cabeça das pessoas, contribuir para a criação de corpos políticos orgânicos e homogêneos” e, desta maneira, *Temas* teria como um de seus propósitos “aglutinar esforços teóricos que estão hoje dispersos, e também de ganhar setores da jovem intelectualidade, do pessoal que se inicia no trabalho intelectual e que não tem ainda uma posição fechada”. (*TCH*, 1980, n.8, p.XI-XIV).

³ Entre essas correntes podemos citar setores dissidentes do PCdoB, ao exemplo do PRC, e do PCB, no caso os “prestistas” (Coletiva Gregório Bezerra), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML), o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha, a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) e inúmeros agrupamentos. Na década de 1980, ocorrem inúmeras tentativas de unificação de agrupamentos de esquerda, quase sempre fracassadas ou de existência efêmera. Inúmeras divergências e rachas acontecem em decorrência da situação política aberta no país, especialmente ocasionadas por avaliações diferenciadas sobre a tática política em relação ao movimento operário e diversas categorias profissionais, como também sobre os espaços institucionais que se abriam naquele período e por diferentes óticas sobre o então recém fundado Partido dos Trabalhadores. Em seu II Congresso, ocorrido em 1982, o MEP define como meta a unificação dos “comunistas revolucionários”. Em 1984 considera como elemento fundamental para a construção do partido revolucionário no Brasil o fortalecimento do PT, isto é, dentro desse partido desenvolver a unificação dos “comunistas revolucionários em torno da ALA Vermelha e a OCDP”. A

período. Por exemplo: a crítica ao então reformismo e à burocratização dos partidos comunistas; a posição crítica em relação ao processo institucional eleitoral e em relação às alianças com os setores liberais; objetivo de construção do “verdadeiro” Partido Revolucionário de Vanguarda; a necessidade de compreender a realidade brasileira; estabelecimento da relação teoria e prática; a formação teórico-política dos quadros dirigentes e militantes; a inserção nas lutas sociais; a derrubada revolucionária da ditadura militar.

Nesse período uma lógica percorre as ações e as preocupações teóricas das organizações políticas e militantes remanescentes do período da luta armada no país, como também daqueles que vieram a compor essas preocupações. Com experiências diferenciadas na luta política, essas organizações e militantes precisavam compreender a nova conjuntura política aberta com as greves operárias e o aparecimento de novas lideranças sindicais e políticas, que concentraram um papel importante contra a ditadura militar e na *transição política* no país. Nesse sentido, a “debilidade teórica” era uma expressão reconhecida nesses setores da esquerda brasileira. O conhecimento sobre a teoria marxista, a compreensão em relação à conjuntura política nacional e internacional, como também a análise das sociedades pós-revolucionárias, exigia um acerto de contas com a tradição dos Partidos Comunistas, desde sua concepção de partido até sua linha programática e aliancista, isto é, a aliança com setores da burguesia para derrotar politicamente a ditadura militar. Por outro lado, estava presente a necessidade de compreender o processo de luta armada no país, avaliar e realizar uma crítica à atuação política dos agrupamentos revolucionários que optaram por tal caminho. Responder a essas questões era fundamental para a elaboração de uma estratégia revolucionária para o Brasil. Havia um eixo que impulsionava tal percepção: as lutas sociais, especialmente o movimento operário, em suas mobilizações reivindicatórias, transformaram-se em uma das bases políticas fundamentais de oposição à ditadura militar. A sociedade

OCDP foi criada por militantes da Ação Popular Marxista Leninista, da Bahia, organizados sobre o nome de Fração Partidária da APML, e um grupo de comunistas do Rio Grande do Norte. Fundada em 1982 a Organização Comunista Democracia Proletária. A Ala Vermelha, por sua vez, antiga organização comunista, racha do PCdoB, formou-se em 1966. Desse conjunto de agrupamentos de esquerda vai aparecer em 1987 o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), com vida efêmera, em decorrência das diferenças que acima apontávamos. Entre esses diversos agrupamentos, alguns pontos programáticos são decisivos em suas posições: o caráter socialista da revolução no país passando por um governo democrático operário-popular. Aliás, essa seria a mesma posição da maioria da dissidência do PCdoB, como também a posição da corrente prestista que, em 1979-1980, está em pleno racha com o PCB. Outro aspecto que aproxima esses agrupamentos refere-se à idéia da inexistência de um Partido de Vanguarda do Proletariado, na perspectiva leninista, tarefa a qual caberia aos “comunistas revolucionários” desenvolverem. O mais interessante nesse intenso processo de desgaste, rachas, unificações e novos rachas, que se desenvolveu ao longo da década de 1980, é que no final desse período praticamente todas essas propostas encontravam-se exauridas e diluídas enquanto militantes e tendências dentro do PT, em sua maioria aceitando o caminho organizativo colocado por esse partido. Fato interessante que se deve salientar é que as organizações de concepções trotskistas tiveram maior êxito nessa empreitada, conseguindo

brasileira, por sua vez, como visivelmente era percebida, consolidara nacionalmente o capitalismo, possibilitando desta maneira pensar o país no sentido de transformações socialistas.

Dessa maneira, portanto, *Teoria e Política* expressou, ao nosso ver, não somente a “dissidência do PCdoB” e a intelectualidade althusseriana, mas os anseios e preocupações de inúmeras correntes políticas daquele período. Essa visibilidade política e teórica existente em torno da *TP*, de fato, possibilitou-lhe tornar-se uma referência para setores da esquerda, como também para uma parcela de intelectuais marxistas e estudantes.

Teoria e política em seus dois momentos teórico-políticos

A “questão da democracia” apresentou-se como principal discussão para a esquerda marxista. *Teoria e Política*, ao longo de sua década de existência, estabelece essa discussão com referenciais teóricos diferenciados: em um primeiro momento, de acordo com a perspectiva “marxista-leninista”⁴, posteriormente em meio à revisão de seus pressupostos epistemológicos, através da perspectiva liberal (e/ou social-democrática) na qual o indivíduo e suas liberdades colocariam-se como centrais na sociedade.

Na primeira fase da revista (1980-1985), dois campos de análise e diferenciações sobre o movimento operário, sua tática e estratégia revolucionária: as alianças políticas e a democracia. Diversos artigos (e polêmicas) nos permitem considerar a importância e as diferenças nas análises conjunturais presentes nesse universo de intelectuais.

resistir de certa forma à diluição e fragmentação, como é o caso da Organização Revolucionária Democracia Socialista e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

⁴ Em *Estado e a revolução*, Lênin analisava a sociedade capitalista como uma democracia “mais ou menos completa” na República democrática. De qualquer maneira, essa democracia seria comprimida aos limites da exploração capitalista, nunca passando “da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos” (Lênin, 1979, p.107). Em consequência dessa exploração, os assalariados viveriam em uma situação limitada por suas necessidades e pela miséria, não havendo tempo para se ocuparem da “democracia” e da “política”: “no curso normal e pacífico das coisas, a maioria da população se encontra afastada da vida política e social” (1979, p.107). Essas limitações para a participação política dos trabalhadores “parecem insignificantes, principalmente para os que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida” (p.108). As observações de Lênin, especialmente em relação aos limites e obstáculos presentes na democracia capitalista para a participação ativa dos “debaixo”, inspirava-se principalmente em *Guerra civil em França*, no qual Marx observava as formas de organização da Comuna de Paris de 1871. De onde Lênin reafirma a partir de Marx que a democracia dos “debaixo”, na forma de ditadura do proletariado, não operaria simplesmente pelo alargamento da democracia, mas sim através da quebra da resistência dos capitalistas e de seu Estado. Ainda em uma primeira fase do processo revolucionário, haveria um poder concentrado baseado na organização da população, como nas formas de deputados populares, que seguiriam na prática o caminho inverso que ocorria com o parlamento. A questão central não seria a anulação das instituições representativas e a elegibilidade, mas sim “transformar esses moinhos de palavras em assembleias capazes de ‘trabalhar’ verdadeiramente” (p.57), ao mesmo tempo deveria ser legislativa e executiva. Mas essa seria ainda a transição do capitalismo para o

Ozéas Duarte, editor da revista, contribuiu na discussão sobre tática e estratégica diante da conjuntura. A “questão da democracia” deveria ocupar lugar destacado no debate entre os setores populares, mas ressaltava a maneira como tal questão deveria integrar um programa mínimo. O tipo de democracia e quais os aspectos políticos principais nela presentes teriam que atender aos interesses operários e populares. A restrição do conteúdo da democracia ao seu aspecto liberal, reforçando a “etapa liberal” no objetivo tático, reduziria a meta da classe operária na luta política contra a ditadura militar. Uma perspectiva burguesa, ao estabelecer “como objetivo tático a ser perseguido, uma ‘etapa liberal’, anterior à democracia operária e popular, na revolução” (Duarte, 1982:42), significaria limitar as bandeiras e o projeto político socialista. Sua crítica dirigia-se às diversas correntes políticas ligadas às camadas populares, especialmente o PCB, PCdoB e PT. Considerava ilusão das correntes oposicionistas avaliar positivamente o papel dos setores liberais na oposição política à ditadura militar. Para ele, essa fração das classes dominantes tinha como objetivo um acordo com as frações hegemônicas do capital para introduzir mudanças parciais no regime político ditatorial e militar. O projeto liberal burguês, para tanto, concentraria-se na eliminação de traços da ditadura militar, tais como a desmilitarização do aparelho estatal, o fim dos órgãos de repressão política, e o reestabelecimento das eleições livres para todos os níveis. Daí sua crítica estender-se à possibilidade de constituição de uma ampla *frente antiditatorial*, na qual “o movimento operário e popular” estaria diluído.

Essas posições têm como pressuposto a análise sobre o que havia sucedido na luta de classes no período anterior ao golpe militar de 1964, quando especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) concentrou suas forças políticas em uma aliança com a então “burguesia nacional”⁵.

socialismo. O objetivo seria o definhamento progressivo do Estado até sua eliminação. Nesse período ocorreria o fim das classes sociais, da democracia e do Estado. Seria o comunismo.

⁵ O PCB manteve sua linha política, depois de 1964, em relação à “burguesia nacional”. Nas Resoluções Políticas do VI Congresso, em 1967, considera que, no golpe civil-militar, ela “foi relegada a um plano secundário no aparelho de Estado” (p.166). Ao definir o caráter da revolução brasileira como democrático e nacional, isto porque deveria liquidar dois obstáculos que se oporiam ao “progresso da nação”: o domínio imperialista e o monopólio da terra, considerava que a “burguesia nacional” era “uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução na sua presente etapa” (p.172). No *Informe de balanço do Comitê Central* (dezembro de 1967), reafirma as definições do V Congresso de 1960, na qual apresenta a “burguesia nacional” como uma parcela da burguesia brasileira que em razão de seus interesses é levada a chocar-se com o capitalismo monopolista estrangeiro. Embora ocorresse a participação de grupos de grandes capitalistas vinculados aos monopólios estrangeiros, existiria uma influência considerável de massa de pequenas, médias e inclusive grandes empresas, cujos interesses seriam prejudicados pelo capital imperialista. A participação da burguesia nacional no golpe de 1964 é considerada como decorrente de seu caráter vacilante, mas sua posição política dependeria da modificação na correlação de forças de classe e da força efetiva do movimento operário e do seu sistema de aliança (p.98).

Supor que o movimento operário e popular possa realizar uma *frente antiditatorial* com a burguesia liberal não passa, portanto, de mais uma ilusão, tão perigosa quanto acreditar que Jango e seu dispositivo militar pudessem resistir aos golpistas em 1964. Uma ilusão que, quando atinge as massas, só contribui para desarmá-las, tal como no mesmo 64. No seu combate à ditadura, visando derrubá-la, a classe operária deve ter como orientação atrair para a sua direção as demais classes e camadas populares, particularmente os camponeses, e isolar a burguesia liberal. Só assim será possível sedimentar-se um movimento cuja perspectiva seja realmente pôr fim à ditadura. Eliminá-la pela única via possível, a dos métodos “plebeus” de luta, de ação de massas hegemônica pelo democratismo proletário. As possibilidades de unidade de um movimento desse tipo com a burguesia liberal não irão, portanto, além de casos pontuais, de ações comuns momentâneas em torno de questões parciais, excluindo-se, mesmo aí, qualquer identidade tanto no que toca à articulação dessas bandeiras com as reivindicações de conjunto como à escolha dos meios de combate. (Duarte, 1982:62-3)

A análise estrutural sobre a sociedade brasileira que fundamentava as análises conjunturais sobre a tática geral e o programa revolucionário para o país, afirmava que o capitalismo no Brasil havia se formado em estreita ligação com o capital internacional, dando forma inclusive a uma burguesia monopolista “nativa”. Nesse quadro ocorrera uma articulação de três vertentes: os monopólios originários das inversões diretas de capitais estrangeiros, as empresas monopolistas de propriedade estatal e as de capital privado local que, desde a década de 1950, particularmente a partir de 1964, formaram-se em ramos importantes da economia. Essa situação permitia a Duarte afirmar o seguinte: “Certas características desse processo de monopolização – as quais se harmonizam com as próprias peculiaridades da via específica, conservadora, de desenvolvimento do capitalismo no Brasil – devem ser ressaltadas: primeiro, em vez de debilitar, ele reproduziu, em escala ampliada, a *dependência estrutural* da economia brasileira ao imperialismo; segundo, em lugar de enfraquecer ou eliminar o monopólio privado da terra, na figura do latifúndio não-capitalista, ele ampliou este monopólio, seja por meio do aburguesamento dos latifundiários, seja através da territorialização do capital; e, finalmente, nele a ampliação da intervenção do Estado, enquanto agentes da reprodução do capital, cumpriu um papel decisivo” (Duarte, 1982:57).

O enfoque na análise da condição de dependência no país teve maior desenvolvimento na década de 1960, no pensamento social acadêmico latino-americano. Nesse curso encontramos duas grandes correntes nessa discussão: de um lado teremos autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falletto e outros; de outro lado, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, entre outros. A caracterização e crítica ao período que precede o golpe militar de 1964 é desdobramento dessa análise da dependência, fundada basicamente na impossibilidade da existência de uma burguesia nacional. Reveste-se

essa crítica da crítica ao aliancismo dos comunistas e, ainda, do atrelamento da estrutura sindical ao Estado.

De capitalista dependente, em três décadas o país passou à condição de *capitalismo monopolista dependente*, expressando tal condição no conteúdo burguês e monopolista presente no Estado brasileiro, sob sua forma ditatorial-militar. Dentro dessa análise, haveria a *hegemonia* sobre o conjunto do capital desenvolvida pelo “bloco monopolista”. No sentido das mudanças ocorridas na estrutura social brasileira, especialmente entre 1960 e 1980, também teria se desenvolvido profunda mudança na configuração das classes sociais. Acentuara-se a diferenciação no seio do campesinato e o crescimento do proletariado rural, assim como, em geral, a proletarização da pequena burguesia proprietária. Desse modo, estabelecia-se a polarização da sociedade brasileira entre burgueses e proletários, contradição que passaria a ser, “em última instância”, o determinante principal da vida social, política e cultural brasileira.

Essa visão sobre o aprofundamento do capitalismo no país apresentou-se na análise de vários partidos políticos, inclusive no PCB e PCdoB, como podemos verificar em alguns de seus documentos. Em linhas gerais, a análise sobre a sociedade brasileira e o intenso processo de “proletarização” ocorrido é observado por diversas correntes políticas e por intelectuais marxistas.

Uma dimensão na análise de Ozéas Duarte, presente em diversas correntes da esquerda revolucionária, como também na base social e política que constituía o Partido dos Trabalhadores naquele período, referia-se ao discurso contrário às alianças com a burguesia liberal. Uma postura avessa ao plano institucional – isto é, aos procedimentos eleitorais - e uma posição radicalmente confiante nos movimentos sociais (operários e de camadas sociais populares) em torno de uma proposta de democracia direta e de confronto com o regime político vigente. Essa perspectiva própria da esquerda radical tinha estreita ligação com as novas condições que se apresentavam na luta de classes, como também trazia uma tradição que fora construída ao longo dos anos 60 e 70, contraposta ao PCB: por um lado, afinada com organizações políticas que se desenvolveram paralelamente ao partido comunista; por outro lado, o “basismo” e o “espontaneísmo”, formas de atuação política predominante nos movimentos sociais, na qual sobressaíam a influência de setores da igreja católica e também de lideranças sindicais.

No debate “Crise e tática da classe operária” ocorrido na redação da revista em 1983, e publicado no n.5/6 de *TP*, no ano de 1984, participaram alguns colaboradores de *TP* – Ozéas Duarte, Décio Saes e Armando Boito Jr. e o ex-editor do jornal *Movimento*, Raimundo

Pereira. A discussão permite-nos verificar como se apresenta a “questão da democracia” de TP. Esse debate refletia momento singular na conjuntura política no país. Encontrava-se sobre três dimensões conjunturais entrecortadas. Na primeira delas, com a vitória do PMDB em novembro de 1982, quando esse partido elegeu os governadores de 22 estados da Federação, possibilitando assim o respaldo político-eleitoral para se afirmar como principal pólo oposicionista ao regime militar. O segundo fato conjuntural refere-se à radicalização das lutas contra o desemprego, em São Paulo, que se desdobrou em um processo de saques e quebra-quebra em várias localidades da cidade, além de intensos confrontos com a Polícia Militar, passeatas ao Palácio do Governo, e acampamentos nas áreas próximas à Assembléia Legislativa. O terceiro fato refere-se à Greve Geral de junho de 1983. Nesse sentido, o debate realizado evidenciava as posições existentes na esquerda marxista naquele período.

Defendendo uma *etapa democrático-operária e popular*, com conteúdo socialista, Ozéas Duarte considerava que o regime militar estava em crise e tenderia a se acentuar. Essa crise começara no início da década de 1970, e não estava ligada somente à política econômica do regime militar, mas à crise geral do capitalismo. Desta maneira, no país estaria ocorrendo “a gestação de uma situação revolucionária”. Para lhe respaldar a hipótese baseada na conhecida caracterização leninista sobre a configuração da crise revolucionária, Duarte chamava a atenção para o seguinte: pauperização crescente das massas, e as dissensões entre as classes dominantes, tendo como aspecto principal o aprofundamento da crise do regime militar. A combinação desses dois fatores teria levado ao desenvolvimento das lutas de massa (Duarte, 1984, p.9).

Entre a burguesia haveria um crescente agravamento de seus conflitos, especialmente em decorrência de medidas econômicas que se chocavam com o pequeno e o médio capital, como também com setores do grande capital. Esses últimos buscariam uma nova forma de regime político, “uma democracia burguesa restrita” ou uma “democracia do capital monopolista”. Duarte enfatizava o movimento de conciliação de setores da burguesia liberal, que ascenderam a postos do Estado através das eleições governamentais, em 1982, no sentido de se transformarem em interlocutores do Regime Militar. No campo da oposição popular, por outro lado, existiria um potencial revolucionário, caracterizado pela “explosividade dos movimentos de massa”⁶ e também a incorporação de novos setores sociais nas lutas, ao lado da “generalização e politização” dos movimentos sociais. Esses elementos fariam parte da

⁶ Na capital paulista, nos dias 11, 12 e 13 de março ocorreram violento movimento de massa de trabalhadores desempregados que ao longo de três dias se confrontaram com a repressão policial, iniciando tal movimento na

conjuntura daquele período. Considerada essa situação, o movimento revolucionário teria que realizar um movimento tático que realizasse “o bloqueio à conciliação” e tivesse como centralidade a construção de uma alternativa democrática operário-popular.

O país hoje se depara com duas grandes alternativas: de um lado a da política de “abertura”, que é uma política de manutenção do regime militar reformado e, de outro lado, a política da oposição burguesa, conciliadora por essência, que busca uma transição para uma democracia dos monopólios. Trata-se de se avançar na construção de uma alternativa que tenha como centro a derrubada revolucionária da ditadura militar, com todas as consequências econômicas e sociais que isso acarretar. (Duarte, 1984:16)

A perspectiva revolucionária antevista pelo autor não estava limitada à visão social de seu grupo político, o PRC. Pelo contrário, de variadas maneiras percorria outras correntes da esquerda marxista. Não se tratava portanto de uma posição isolada, mas presente em uma parcela do pensamento marxista daquele período que não se identificava com a ampla aliança antiditatorial.

A análise dos intelectuais althusserianos nesse debate trazia diferenças importantes sobre a avaliação conjuntural, alianças políticas e caracterização da situação política. De acordo com Décio Saes, um programa *democrático-popular* contrapor-se à existência de um Estado burguês, visto que tal programa traria medidas contra a estrutura fundiária, de desapropriação sem indenização dos monopólios e das empresas imperialistas, e de reorientação da produção industrial e agrícola, de acordo com critérios que não estariam baseados no lucro. No entanto, um programa nesse sentido não teria conteúdo socialista, visto que manteria a pequena e a média propriedade, mas essas não estariam reguladas pelas relações capitalistas de produção. A condição política prévia para a implementação desse programa de transformações “antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário” seria efetivamente a reorganização do poder político e a construção de um novo tipo de Estado: “Um Estado que eu chamaria democrático-popular, onde as Forças Armadas profissionais se dissolveram, transformando-se em milícias populares, onde se estabelece um controle democrático-popular da burocracia de Estado e onde, finalmente, os comitês de trabalhadores, os sindicatos operários têm um papel a desempenhar na própria gestão da economia nacional (Saes, 1984:26).

Ainda na análise de Saes, no período em questão não estava se configurando uma *situação revolucionária*, embora ocorressem divisões entre os setores da burguesia,

região fabril de Santo Amaro, alastrando-se para bairros periféricos e centro da cidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, ocorre a fundação da Central Única dos Trabalhadores e a Greve geral de 24 de junho.

especialmente entre “a grande burguesia monopolista imperialista” e a “média burguesia industrial e rural interessada na reorientação da política econômica”. Essas diferenças não se configuravam politicamente, possibilitando um aproveitamento revolucionário para as classes dominadas. A pauperização crescente da população, por sua vez, não estaria levando “as massas a desenvolver uma ação política independente, autônoma”, porque ela estaria envolvida em uma tendência economicista. Caberia ao programa democrático-popular ultrapassar os limites desse economicismo e ampliar a perspectiva das lutas sociais no sentido da transformação democrático-popular⁷. Esse horizonte democrático-popular considerava ainda necessária a aliança política com frações da burguesia. Complementando essa caracterização de um programa democrático-popular, Armando Boito apontava para a necessidade da aliança com o campesinato, a classe média e a média burguesia, pois a etapa da revolução seria democrático-popular e não socialista.

As posições teórico-políticas dos althusserianos aproximavam-se da análise de Wladimir Pomar. Desde o segundo número de *TP*, refletia-se em suas páginas uma dura polêmica entre Pomar e Duarte sobre a questão democrática, os rumos da transição política e a tática que deveria ser adotada pelos marxistas. Os artigos publicados em *Teoria e política* chamam a atenção para o tratamento de aliança com a “burguesia liberal” para que essa fração de classe amplie a frente política por liberdades democrático-burguesas. Considerava que se configurou uma “burguesia média” extensa que havia se desenvolvido no período de crescimento econômico da ditadura militar em meio a expansão capitalista no país pela via monopolista e dependente. Em permanente processo de pressão e destruição por parte de setores monopolistas, manteria esse setor em permanente contradição levando essa fração de

⁷ Em “Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo”, Mao Tsetung afirma o seguinte: “... O conceito de “povo” tem diferente conteúdo nos diversos países e nos distintos períodos da história de cada país. Tomemos, por exemplo, a situação da China. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, o povo integravam todas as classes, camadas e grupos sociais que se opunham à agressão japonesa, embora que os imperialistas nipônicos, os chineses colaboracionistas e os elementos pró-japoneses eram todos inimigos do povo. No período da Guerra da Libertação, os inimigos do povo foram os imperialistas norte-americanos e seus lacaios – a burguesia burocrática e a classe latifundiária, assim como os reacionários do Kuomintang que representavam a estas classes, camadas e grupos sociais que lutavam contra esses inimigos. Na etapa atual, o período de edificação do socialismo, integram o povo todas as classes, camadas e grupos sociais que aprovam e apoiam a causa da construção socialista e participação nela; são inimigos do povo todas as forças e grupos sociais que opoem resistência à revolução socialista e se mostram hostis à edificação socialista ou a sabotam”. Mais a frente, ainda seguindo o raciocínio sobre as contradições no seio do povo, Tsetung diz o seguinte da burguesia nacional: “Em nosso país, a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional pertence à categoria das contradições no seio do povo. A luta de classes entre a classe operária e a burguesia nacional está incluída, em geral, na luta de classes dentro do povo, porque a burguesia nacional chinesa tem um duplo caráter. No período da revolução democrático-burguesa, a burguesia nacional possuía em seu caráter tanto o aspecto revolucionário como o conciliador. No período da revolução socialista, por uma parte explora a classe operária em busca de ganância e, por outra parte, apoia a constituição e se mostra disposta a aceitar a transformação socialista” (Mao Tsetung, s/d, p.83-5)

classe “o caráter vacilante, conciliador e pusilânime dessa fração da burguesia”. Desta maneira caberia “aproveitar-se das contradições da média burguesia com o capital monopolista, dos momentos em que ela se vê compelida a posicionar-se politicamente contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o latifúndio ou contra os monopólios ou, em algumas vezes, contra todos esses aspectos da burguesia dominante ao mesmo tempo” (Pomar, 1984:143-5).

Pomar expressou, de maneira completa ao nosso ver, o que seriam as posições constituídas pela Articulação do PT mais a frente sobre as linhas mestras do programa político no Partido dos Trabalhadores que viriam assumir.

Eixo da polêmica entre Ozéas e Pomar, o debate se espalhava por setores da esquerda brasileira no período em que se desenvolvia a luta contra a ditadura militar. Entre as correntes de esquerda petista⁸ era onde se concentrava de maneira mais acabada a perspectiva crítica. Associa-se essa visão e contraposição no campo de aliança política, naquele período, às avaliações sobre o período pré-1964, o campo de aliança política proposta especialmente pelo Partido Comunista, assim como as críticas ao populismo que posteriormente foram realizadas especialmente pelo pensamento social acadêmico. Em outro setor nitidamente caracterizado dentro do antigo MDB/PMDB estavam as principais correntes que defendiam as alianças com setores liberais e mesmo monopolistas nacionais na luta contra a ditadura. Apresentavam-se aí principalmente o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

A crítica ao dogmatismo: do determinismo histórico às liberdades

De um pensamento norteado pela perspectiva marxista-leninista, *TP* passou a adotar uma orientação editorial questionadora desse paradigma, porque seu grupo principal realizou uma trajetória crítica aos seus antigos pressupostos. As principais preocupações da revista deslocam-se para o campo da filosofia, que passa a centralizar esse debate. Diminuem acentuadamente os artigos sobre conjuntura política e estratégia. Ozéas Duarte realiza a seguinte avaliação sobre seu grupo político, em entrevista que concedeu à revista *Brasil revolucionário*:

quando rompemos com o PCdoB fizemos àquilo que chamamos de “dogmatismo naturalista” uma crítica dura. Tem um artigo de um companheiro na revista *Teoria e Política*, o Adelmo Genro Filho, que já

⁸ Entre essas correntes: MEP, PRC, Convergência Socialista, Democracia Socialista.

faleceu, muito jovem ainda, mas escreveu no número um da revista, exatamente caracterizando o stalinismo como um dogmatismo naturalista. Esse artigo filosófico do Adelmo, na verdade, foi o ponto de partida nosso, a crítica que nós fazemos hoje, que vai até certas formulações de Marx, ele já fazia na época ao stalinismo e ao Engels. O artigo foi até objeto de uma polêmica que se estendeu pelos três primeiros números da “Teoria e Política” [polêmica entre Caio Navarro de Toledo e Adelmo Genro - LFS], polêmica que envolveu teses de Engels, principalmente. Então, na fundação do PRC [Partido Revolucionário Comunista - LFS], nós tivemos certos agrupamentos com uma preocupação filosófica, com o debate dos problemas da esquerda que, vamos dizer assim, é uma tradição do marxismo. O marxismo surgiu como corrente filosófica. Marx não começou pelo “O Capital”, começou com uma obra a respeito de Epicuro e da filosofia grega, não foi? ... Então, ao entrar por aí já no rompimento com o PCdoB, nós pegamos uma vertente que é fecunda e acho temos que nos juntar neste esforço com outras correntes da esquerda brasileira, que vão nesse caminho, para que o processo de modernização da esquerda brasileira realmente se complete, completando a obra do PT, da fundação, a obra do movimento de 79, 80. Acho que pode ser uma nova fase para a esquerda brasileira e uma janela para a esquerda internacional a partir daqui. O papel estratégico desse processo é da maior importância para a esquerda. (Duarte, 1990: 8-9)

Em seu depoimento sobre o deslocamento teórico-político que sofreu sua corrente política, Duarte localiza o início em 1980⁹, quando ocorre a cisão do seu agrupamento com o Partido Comunista do Brasil. Ressalta a discussão ocorrida em *Teoria e Política*, por onde haveria se realizado uma crítica sistemática ao dogmatismo, através dos artigos de Adelmo Genro Filho. Por último enfatiza a importância do debate filosófico, na reelaboração teórica e crítica aos pressupostos anteriores, ocorrido nesse deslocamento do grupo. Em sua avaliação, a dimensão filosófica seria central no “processo de modernização da esquerda brasileira”. Limitados a essa perspectiva de análise chegaríamos à conclusão que a crítica ao dogmatismo necessariamente leva à crítica da concepção partidária, da revolução e do próprio marxismo.

O “agrupamento com preocupações filosóficas”, citado por Duarte, provinha do Rio Grande do Sul e estava concentrado no Centro de Estudos Políticos e Filosóficos, com sede na capital gaúcha. Participando desse centro de estudo: Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim, Tarso Fernando Genro, entre outros, que tiveram um peso teórico e filosófico na revista como

⁹ Os termos desse racha podem ser verificados em duas versões: a do PCdoB, através do Informe do Comitê Central – documento de março de 1980- e a da esquerda do PCdoB, em vários documentos, entre os quais *Luta interna* e *Ao partido*, ambos de 1979. No final da década de 1980 foi reeditado o Informe de março onde são nominalmente citados vários de seus integrantes: “Investem contra o Partido e sua direção nacional, aproveitando-se do fato de que essa direção, por circunstâncias alheias, encontrava-se temporariamente no exterior. Membros do Comitê Central, alguns saídos da prisão, iniciaram o ‘trabalho de sapa’, cujo objetivo principal era liquidar o partido revolucionário da classe operária. Nominalmente, Oséas Duarte, Vladimir Pomar, Delzir, José Novais, e depois, Nelson Levi. Juntaram-se a eles, José Genoíno, Ronald [Rocha – LFS], Carlos

também nas reformulações teórico-políticas que levaram ao surgimento da *Nova Esquerda*, e extinção do PRC.

Esse deslocamento aparentemente foi muito rápido, ocorrendo em cerca de três anos, se tivermos como referência o início da segunda fase da revista, a liquidação do Partido Revolucionário Comunista, e a articulação da tendência petista *Nova Esquerda*. Fatos esses que ocorreram entre 1987 e 1990. Esse deslocamento teórico-político realizou-se publicamente, apresentando os novos contornos filosóficos que o fundamentavam, a partir de uma crítica sistemática às suas próprias posições de anos anteriores, que eram baseadas no marxismo-leninista. Publicamente aqui estamos considerando porque se apresentou nos espaços da *Teoria e Política*, na discussão chamada amplamente para a constituição da tendência *Nova Esquerda*, como também nos encontros e congressos petistas. Por essa razão, os contornos desse deslocamento foram nitidamente esboçados e desenvolvidos enquanto esforço para consolidação de um projeto político dentro do Partido dos Trabalhadores.

Dos pressupostos marxistas, os conceitos mais criticados nessa fase da revista referem-se à idéia do proletariado revolucionário, enquanto classe universal com o papel social de emancipar a humanidade, em artigos de Duarte, Fornazieri e Levy. O questionamento dirige-se a formulações marxistas presentes no *Manifesto do partido comunista* (1848), de Marx e Engels, como também na *Crítica ao programa de Gotha* (1875). Outro elemento presente nessa crítica refere-se à “concepção objetivista da história” que permaneceria nos clássicos. Essa concepção objetivista – o “dogmatismo naturalista” mencionado por Ozéas Duarte – conceberia as transformações históricas como decorrentes das contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Ressaltando essa interpretação dos clássicos marxianos, tornou-se consensual entre esses autores a crítica que a práxis na luta de classes seria independente das opções dos indivíduos e manifestariam tal objetivismo. Nesse sentido, um “marxismo naturalista” terminou predominando na trajetória do movimento comunista. Ainda mais: tal predominância desdobrou-se na fundação de “sociedades autoritárias”. Esse naturalismo estaria presente no conceito de “ditadura do proletariado”, que teria como base a inevitabilidade do comunismo e a constituição do proletariado como classe universal.

Em 1989, o agrupamento hegemônico de *Teoria e Política*, que anteriormente havia extinto o PRC, lança o *Manifesto por uma nova esquerda*, com o objetivo de aglutinar militantes em torno de uma tendência petista. Esse documento reflete no plano político muitas elaborações filosóficas ocorridas na revista. Nesse documento, a crítica ao dogmatismo

Eduardo e outros.” (Informe do Comitê Central do PCdoB, março de 1980). Dos nomes citados, pertenceram à revista *Teoria e Política*: Ozeas Duarte, Nelson Levi, Ronaldo Rocha.

enquanto característica de uma tradição presente no pensamento revolucionário: “De lá para cá, o dogmatismo que se fez dominante tem sido como um fantasma a arrastar sua corrente de ferro pelos porões da consciência, mesmo entre o pensamento de muitos que se declaram anti-estalinistas” (*Manifesto*, 1989). Apresenta ainda a definição do marxismo como um “humanismo radical”, aberto para a própria negação de qualquer um dos seus pressupostos.

O marxismo seria prisioneiro de tensões em seu corpo conceitual. A idéia de que os homens fazem a história em determinadas condições estaria em contradição com as ações dos sujeitos enquanto reflexos, em última instância, das contradições no plano econômico. A luta de classes como “motor da história”, nessa perspectiva, ligaria-se à necessidade concebida como anterior à práxis concreta dos homens. Uma classe determinada assumiria, nas condições do capitalismo, uma “missão histórica” e todo o seu movimento aconteceria como deslocamento espontâneo para tornar-se aquilo que já seria por definição: uma classe cuja “razão de ser” é a Revolução. Dentro da teoria da história, o marxismo clássico assumiria, ao lado do determinismo econômico, uma noção de progresso centrada no desenvolvimento das forças produtivas. O conceito de razão limitaria-se à razão instrumental, isto é, ao domínio do homem sobre a natureza. A revolução é percebida, nessa crítica, como resultado da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. O marxismo, nesse sentido, tornara-se “uma razão dogmática”: “uma razão prostituída pela certeza, uma razão que já não constrói nada além das blindagens conceituais que a protegem do mundo. Triste destino este de um pensamento revolucionário incapaz de revolucionar-se a si próprio”¹⁰ (*Manifesto*, 1989).

A perspectiva marxista, banida do ideário da nova esquerda, em razão do seu suposto “dogmatismo”, agora não mais estava limitado ao fenômeno estalinista. Uma crítica seguiu-se para toda a base marxista, que seria substituída por um pensamento utópico que não se assemelharia aos pré-marxistas nem aos marxistas. As atitudes concretas dos militantes revolucionários, de acordo com o *Manifesto*, deveria nortear-se por um projeto de sociedade futura, deveria ocorrer em torno de valores que teriam essa sociedade futura. Seriam norteadas por uma “ética revolucionária”: os valores morais praticados no presente pelos militantes como a parte visível de uma sociedade socialista no futuro.

¹⁰ Hoje, verificando-se nitidamente onde chegou essa proposta, poderia-se dizer de outra maneira: triste fim de um pensamento político que para justificar sua dissolução na institucionalidade burguesa necessita recorrer a mirabolantes especulações filosóficas.

Em outro documento da Nova Esquerda, *Por uma estratégia revolucionária* (1990)¹¹, realizando uma análise na ótica liberal sobre os acontecimentos do Leste Europeu, propõe descartar a idéia de comunista por estar associada aos “horrores da barbárie”: “O conceito de comunismo, que nas origens esteve pleno de aspirações humanísticas e libertárias, transformou-se em seu oposto, denotando – mesmo simbolicamente – uma das faces da barbárie moderna. Manter a designação de ‘comunismo’ para expressar o nosso projeto de futuro seria, portanto, injustificável, e só revelaria o apego irracional a uma ortodoxia capaz de esterilizar a praxis política”. (Nova Esquerda, 1990:2)

Se o conceito de comunismo implicava, segundo dizia a Nova esquerda, um entendimento “mesmo simbolicamente” com a “barbárie moderna”, porque se associava aos países do leste europeu, ainda mantinha a idéia de socialismo associada à democracia: democracia socialista. O formalismo no qual se apresenta a idéia define muito mais o ponto de vista ideológico desse agrupamento político do que propriamente uma análise de fundo sobre as dimensões presentes naqueles conceitos. Há uma opção e posição política e filosófica definida dentro do espectro liberal.

Para continuar essa discussão verificamos o que mais acabado apresentou-se dessa tendência política: a tese congressual *Por uma democracia republicana*, apresentada no II Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado em novembro de 1999. A luta política da esquerda consistiria, de acordo com essa tese, em restaurar o *conteúdo* e a *funcionalidade* da democracia republicana: em outras palavras, afirmar e garantir os direitos concretos das pessoas e dos grupos sociais como caminho para uma sociedade justa e de bem-estar social.

Entre os signatários dessa proposta estão intelectuais e militantes¹² que vinham realizando paulatinamente mudanças em suas concepções políticas, em relação às suas identidades em torno do pensamento marxista. Na tese acima citada, a liberdade coloca-se como componente principal da democracia. Aliás, esse é o núcleo filosófico central nessa

¹¹ Assinam esse documento: Alcir da Costa, Aldo Fornazieri, Estilac Martins R. Xavier, José Eduardo Utzig, José Fortunati, José Genoíno, José Miguel, José Nobre Guimarães, Jarbas Barbosa, Langoni, Luiz Inácio, Marcos Rolim, Maurício Faria, Oggi, Maria Osmarina (Marina), Ozeas Duarte, Roberto Evangelista (Beto), Sergio Weigert, Tarso F. Genro. Dos signatários dessas teses participam de *Teoria e Política*: Fornazieri, Marcos Rolim, Ozéas Duarte e Tarso F. Genro. Aliás, as posições nesse documento referem-se quase exclusivamente aos artigos escritos por esses intelectuais no transcorrer dos anos 89/90. Vide especialmente os números 11 e 12 dessa publicação.

¹² Aldo Fornazieri, José Genoíno, Marina Silva, Márcia Barral, Maurício Faria, Ozéas Duarte. Esses participaram da constituição da *Nova Esquerda*, em 1990. Com exceção de Fornazieri e Silva, os outros participaram da dissidência do PCdoB e da constituição do PRC, em 1984. Existe uma aliança nesse documento com uma outra tendência do PT, hoje não mais existente, que era a *Vertente Socialista*, criada em 1987, e constituída por militantes dos movimentos sociais ligados à área da saúde, especialmente na região Leste do Município de São Paulo: Adriano Diogo, Eduardo Jorge, Roberto Gouveia.

trajetória de mudanças na reflexão dessa corrente, no transcorrer da década de 1980 e 1990. No plano filosófico, o conceito de liberdade é pensado da seguinte maneira:

Historicamente, a liberdade germinou com as aspirações humanas de liberdades civis para, finalmente, se consagrar como liberdade política, entendida como liberdade de participação igual para todos nos assuntos públicos.

A liberdade representa hoje, em termos políticos e civis, a garantia de direitos fundamentais imprescritíveis e não passíveis de supressão.

Mas sem garantia de qualidade de vida razoável, grupos sociais e indivíduos não têm capacidade assegurada de desfrutar dos direitos de liberdade. Trata-se de buscar equilíbrio econômico e material, condição de acesso a bens mais amplos, como ensino, cultura, etc.

Temos claro que será impossível garantir o bem-estar às custas da violação das liberdades. A justiça, em sentido amplo, não pode sacrificar a liberdade de poucos em nome do bem-estar de muitos, nem o bem-estar de muitos em nome da liberdade de todos. A justiça deve ser o valor maior que oriente as instituições políticas e sociais do sistema democrático de governo. E se eventualmente as instituições não servem a este objetivo, transformá-las, aprofundando o seu caráter democrático, torna-se a tarefa central de um partido de esquerda. (*Democracia Radical*, 1999:5)

Na proposta apresentada ao congresso petista não houve referência ao socialismo, mas é possível verificarmos, através de um dos seus principais representantes, o então deputado federal José Genoíno, e hoje presidente nacional do PT, o significado desse conceito. Ele designaria o socialismo como uma realidade historicamente identificada com o comunismo soviético e do Leste Europeu. Nesse sentido seria uma herança relacionada à “supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos” (*Estado de São Paulo*, 13/11/ 99). Socialismo expressaria pressupostos que remeteriam às idéias da “revolução operária e do determinismo econômico da História”, tendo como desfecho o comunismo. Do conceito de socialismo seriam somente resgatados os valores de solidariedade, igualdade, justiça e a defesa dos setores sociais explorados e oprimidos. Para a *Democracia Radical*, a esquerda não seria mais socialista e, sim, democrática e republicana, baseada essencialmente nas lutas por liberdade, igualdade, justiça, cidadania e direitos.

O socialismo representaria, na ótica dessa corrente de pensamento, a inexistência de liberdade sobretudo econômica e, na direção oposta, a economia estatizada. Por sua vez, a democracia comportaria a possibilidade de liberdade econômica e política. Talvez o lapso cometido pela expressão “desde suas origens gregas, além da liberdade política e pluralismo, significa também uma sociedade de equilíbrio, social e economicamente equitativa, com direitos iguais perante a lei”, não signifique somente a falta de referência histórica sobre o conceito de “democracia” – como se tal conceito fosse equivalente na Grécia como no

liberalismo inglês do século XIX. Mais do que isso, significa uma decisiva e frontal *ruptura* com o campo ideológico socialista, isto porque tal reflexão silencia em relação ao conteúdo classista existente na democracia grega, como também no período capitalista.

Considerações finais

A história da revista *Teoria e Política* impressiona. Salta-nos aos olhos a relação teoria/prática estabelecida pelo grupo majoritário da revista, sua proposta inicial na *Apresentação* (nº1, 1980), como também a mudança filosófica e no campo teórico-político, principalmente a partir de 1987. Essa publicação expressou preocupações e posicionamentos de um grupo político de esquerda marxista e comunista que durante sua trajetória, entre a década de 1980 e 1990, realizou um deslocamento teórico, ideológico e político de suas posições revolucionárias para um campo eminentemente liberal. Isso podemos constatar nos artigos publicados no trajeto da revista e sua relação teórica próxima com os documentos políticos do PRC, na primeira fase da revista, depois com os materiais da *Nova Esquerda*, na segunda fase da revista e, mais tarde, já extinta a revista, com as teses da Democracia Radical.

No transcorrer do seu trajeto político, ela desenvolveu coletivamente fundamentação filosófica para as mudanças ocorridas em relação às suas concepções anteriores. Essa especificidade, ao lado também dos êxitos no campo institucional, permitiu manter um núcleo de intelectuais e militantes identificados como corrente teórico-política, com definida afirmação intelectual, partidária e político-parlamentar. Em outras palavras, o deslocamento ideológico e político verificado com os integrantes desse agrupamento político não ocorre individualmente por dispersão de seus membros, mas coletivamente, com uma base argumentativa que justificava a passagem política efetuada.

Eles iniciaram esse deslocamento por meio de uma crítica ao dogmatismo e ao estalinismo. Mas terminaram por realizar a crítica ao próprio marxismo e ao comunismo. Como referencial filosófico desfilaram nas páginas de *Teoria e Política*, nesse deslocamento, desde Gramsci e Lukács, passando por Karl Korsh, Agnes Heller, e chegando a Norberto Bobbio. Traduções e ensaios que visavam constituir basicamente uma argumentação (justificativa) para a atuação nos espaços institucionais (legislativo e executivo). Ao mesmo tempo desvincilhar-se dos conceitos marxistas como revolução, luta de classes, ditadura do

proletariado e outros. Essa influência ocorre *somente* através da mediação de sujeitos políticos bem localizados no espaço e no tempo. Situam-se no horizonte teórico e ideológico do agrupamento de *Teoria e política*, à medida que aqueles lhe tenham algo a dizer sobre problemas vivenciados em determinadas condições históricas, políticas e sociais. De que maneira os novos referenciais teóricos e filosóficos permitem responder às questões que, para aquele grupo social e político específico, não são mais “respondíveis” pelo marxismo? Mesmo assim deve-se considerar as dimensões existentes nesse processo.

A aceitação da leitura, por exemplo, de Gramsci ou Heller, não significou por si uma visão liberal e neoliberal sobre a história e a política. Ronald Rocha, que em 1989 rompe com esse grupo e se mantém dentro das posições marxistas, através das tendências marxistas dentro do Partido dos Trabalhadores. Suas posições e crítica ao que seguia nas posições filosóficas da *Nova esquerda* encontram-se no livro *Teses tardias* (1990); reafirmando uma cerrada leitura de Marx e Lênin, consegue trazer em suas análises as posições de Gramsci e Heller. Ronald Rocha seguiu esse trajeto crítico até um determinado ponto: preservou a discussão em Lukács, Gramsci e Heller, mantendo-se no campo marxista e comunista. Embora esse intelectual e político estivesse na “dissidência do PCdoB”, que depois originou o PRC e na revista não evoluiu para as posições defendidas por Ozeas Duarte, Aldo Fornazieri, Nelson Levy, entre outros.

A conjuntura em que apareceram as greves dos metalúrgicos do ABC (1978-1980) e as greves gerais de 1983 e 1986 possibilitaram a *reorganização política e sindical* dos trabalhadores, através da constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), da conquista de muitos sindicatos por oposições sindicais combativas e a construção da Central Única dos Trabalhadores (1983). As greves de operários, bancários, professores, funcionários públicos, motoristas e cobradores de ônibus, foram antecedidas e seguidas por inúmeros movimentos sociais populares contra a carestia, e por saneamento básico, creches, escolas, linhas de ônibus, e seguida por enorme radicalidade através do movimento de luta contra o desemprego, especialmente em 1983, em regiões como São Paulo e Salvador. Essas mobilizações sociais tiveram um caráter classista e força principal no processo de luta contra a ditadura militar e na transição política no país.

Com a nova situação social e econômica da década de 1990, cristalizou-se um quadro de institucionalização dos sindicatos, centrais sindicais e Partido dos Trabalhadores (PT). A luta defensiva das diversas categorias profissionais, principalmente aquelas anteriormente mais organizadas, levou a um crescente corporativismo de interesses. A estrutura sindical

brasileira, ainda configurada nos moldes getulistas, não demorou a manifestar seus traços básicos do período populista: corporativismo e burocracia.

A problematização cada vez maior, para o pensamento marxista ou originado dele, encontrou-se na maneira de atuação nos espaços institucionais. Por sua vez, envolveu-se em um discurso abstrato sobre cidadania e sociedade civil, desenvolvido e reproduzido por uma intelectualidade acadêmica e oposição liberal, ao longo da década de 1970. Isso acentua-se especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988. Esse quadro político e ideológico tem como determinações: a) refluxo dos movimentos e lutas sociais, como se desenvolviam desde o final da década de 1970; b) situação de crise econômica e desemprego fortemente presente na sociedade brasileira, na década de 1980 e 1990; c) burocratização sindical e do Partido dos Trabalhadores (PT); d) configuração da hegemonia burguesa, que veio se configurando durante a Nova República, eleição de Collor, mas especialmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que segue atualmente seu curso no Governo de Lula.

Diante desse quadro, grande parcela de setores da esquerda marxista, como também lideranças sindicais e petistas, foram cooptadas para a institucionalidade burguesa e o “canto da sereia” da globalização e integração econômica mundial. Não somente se deslocaram política e ideologicamente para o campo eminentemente liberal e neoliberal, como verificamos em *Teoria e Política*, mas atuam de maneira determinada para implementar projetos econômicos e políticos determinados por Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.. Exemplo encontra-se no movimento em curso, quando verificamos a maneira de encarar o atual governo e as justificativas utilizadas para implementar reformas como previdenciária, sindical, trabalhista e universitária.

O impulso conseguido por forças emergindo dos “debaixo” na sociedade brasileira, ao longo da década de 1980, possibilitou, mesmo que de maneira limitada política, ideológica e organizacionalmente, a consolidação de instituições como Partido dos Trabalhadores e Central Única dos Trabalhadores. Essas duas instituições, representando o que havia de mais avançado na sociedade brasileira, emergiam trazendo uma crítica de fundo à maneira de conduzir a política brasileira. Ou seja, realizava a crítica à burocracia partidária, ao aliancismo com as classes dominantes (frentepopulismo).

A institucionalização política no país, especialmente em relação às liberdades políticas individuais - liberdade de expressão, de reunião, de manifestação – e ao lado da relativa possibilidade de formação de partidos, eleições para diversos cargos e instâncias políticas, foi o que marcou de fato os últimos vinte anos. Se pensarmos bem, a lógica institucional dos

partidos de esquerda, de seus dirigentes e militantes, como também de suas linhas táticas e estratégicas, passou a permear em corpo e alma aos mais desconfiados militantes de esquerda. Está aí a lógica institucional, especialmente eleitoral, não permite vacilações.

E eis aí uma mudança de fundo de conteúdo político e também ideológico. A reflexão e a análise teórico-política exigiu uma profunda compreensão dos mecanismos que produzem e reproduzem as diversas instâncias estatais. Saber legislar e legislar bem exige compreender também o próprio “regimento da casa”, ao lado também de todo “decoro parlamentar”. A “casa” deixa de ser o local político para se tornar o espaço público que requer a convivência, o “trato” no “jogo de interesses”, o diálogo e o respeito, “acima das diferenças ideológicas”. E mais do que isso, a conquista desse espaço pela esquerda deve ser preservada, mantida e reproduzida. Da mesma maneira, o mesmo ocorre com a administração pública.

Sem essas considerações, como compreender a atuação do deputado petista José Genoíno, em seu quinto mandato parlamentar? Genoíno em 1982 elegeu-se pelo Partido dos Trabalhadores com cerca de 49 mil votos para deputado federal por São Paulo, apoiado em lideranças de movimentos populares e operários daquele período. A sua base de atuação e apoio, portanto, concentrou-se nos setores populares e em setores operários, das regiões periféricas de São Paulo, e também apoiado por setores do movimento estudantil. Em Boletim eleitoral como candidato a deputado federal em 1982: “Razão, sim, tem o cidadão comum quando diz que o Brasil desse jeito vai no caminho da revolução e que o governo não está deixando outra saída. De fato, só há uma alternativa: pôr fim ao regime militar. A história não registra, em qualquer época, uma transformação social pelo voto. Ao contrário, em certas situações, as multidões nas ruas, agindo por sua própria conta e com as próprias mãos, realizam em poucos meses, ou mesmo em dias, aquilo que os políticos tradicionais, os parlamentos, as eleições viciadas pelo dinheiro ficam décadas tentando evitar”. Em 1986, em outra eleições consegue se reeleger, mas agora em condições mais difíceis e com outra forma de atuação. Se em 1982, sua posição foi em campo próprio, agora nessas eleições trabalha em uma perspectiva o mais ampla possível, ou seja, procurando fazer dobradinha com diversos setores do partido. Sua base de apoio começa a se fragilizar, especialmente nas regiões operárias onde anteriormente havia conseguido grande apoio e votação. Na campanha de 1990, por sua vez, o candidato já está com sua imagem totalmente remodelada... Começa a surgir a imagem do Genoíno como o homem do “diálogo” dentro do PT, o parlamentar sério e competente, que conhece as regras do jogo parlamentar e a necessidade de construção de um projeto de Nação. Verificando suas projeções eleitorais verifica-se que sua candidatura cada vez mais vai se dispersar, inclusive crescendo em setores da classe média e no interior de São

Paulo. Em 1999, o mesmo político dizia tristemente o seguinte: “Uma sociedade sem liberdade econômica - o socialismo o demonstrou - expressa uma economia estatizada. (...) Liberdade econômica, da mesma forma que liberdade política, significa sociedade de conflito. O conflito social deve ser mediado e solucionado pacificamente por aqueles instrumentos retificadores do Estado democrático e republicano aptos a produzir equilíbrio, equidade e justiça” (Genoíno, 1999: 3).

Referências bibliográficas

- DUARTE, O. 1982. A questão da democracia e o programa da classe operária: réplica a Wladimir Pomar. *Teoria e política*, n.4.
- DUARTE, O. 1990. Considerações sobre a ditadura do proletariado. *Teoria e política*, n.13.
- DUARTE, O. 1990b. Crise na cabeça da esquerda. *Brasil revolucionário*, nº5.
- FORNAZIERI, A. 1988. Considerações sobre a sociedade civil, o Estado e a estratégia. *Teoria e política*, n.9.
- FORNAZIERI, A. 1989. Socialismo e consciência moral. *Teoria e política*, n.12.
- GENRO FILHO, A. 1980. Introdução à crítica ao dogmatismo. *Teoria e política*, n.1.
- GENRO FILHO, A. 1981. Sobre Engels e o dogmatismo. *Teoria e política*, n.3.
- LÊNIN. V.I. (1902) *Que fazer?*. As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978. 149p. (Pensamento Socialista)
- LÊNIN. V.I. (1917) *O Estado e a revolução*. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1979. 153p. (Pensamento Socialista)
- MARX, K. (1847) *Miséria da filosofia*. Resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). 2.ed., Porto: Escorpião, 1976. 181p. (Ciência e Sociedade, 2)
- MARX, K. (1859) Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, J. A. (seleção de textos). *Marx*. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.101-32.
- MARX, K., ENGELS, F. (1875) *Crítica ao Programa de Gotha*. Moscú: Progreso, 1979. 55p.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. 2000. *Resoluções de encontros e congressos: 1979-1998*. São Paulo: Ed.Fundação Perseu Abramo, 703p. (Memória & História)
- POMAR, W. 1979. *Estratégia e tática política*. São Paulo: CIPES, v.7,8,9,10,11,12.
- ROCHA, R. O. 1989. *Teses tardias*. Capitalismo e revolução social no Brasil moderno. São Paulo: Interferência.
- SAES, D. 1980. A democracia burguesa e a luta proletária. *Teoria e política*, n.2.

SILVA, L.F. 1995. *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980*. Análise da trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos. Araraquara, 1995. 188p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista.

SILVA, L.F. 1997/1998. Democracia e sociedade civil na década de 1970: uma análise da elaboração de intelectuais marxistas acadêmicos. *Perspectivas*, v.20/21, p.39-63.

TSE-TUNG, M. *Cinco tésis filosóficas*. Lima: Editores e Distribuidores, s/d.

DOCUMENTOS

COMITÊ REGIONAL (ESTRUTURA I) DE SÃO PAULO. *Ao partido*. São Paulo, outubro

DEMOCRACIA RADICAL. Tendência interna do Partido dos Trabalhadores. 1999. *Por uma democracia republicana*.

NOVA ESQUERDA– Tendência interna do Partido dos Trabalhadores. 1990. *Por uma estratégia revolucionária*.

MILITANTES PETISTAS. 1989. *Por uma nova esquerda*.